

# Consequências e Reflexos da Participação da Feb na Segunda Guerra Mundial

Coronel  
Luís Paulo Macedo Carvalho



No balanço final do tributo pago a Marte na Segunda Guerra Mundial, o Brasil colheu bônus e ônus, que chegam a questionar, às vezes, se saímos realmente vitoriosos do conflito.

O Brasil emergente da ilusória coalizão que derrotou o totalitarismo nazifascista não era mais o mesmo. Ganhou dimensão estratégica e importância geopolítica continental e mundial. Ficou comprovado o valor das ilhas oceânicas e do saliente nordestino - cognominado Trampolim da Vitória - para a campanha anti-submarina do Atlântico Sul e para os teatros de operações da China-Burma-Índia e do Mediterrâneo. Eram evidentes as marcantes transformações políticas, econômicas, militares e psicossociais verificadas no pós-guerra.

A aliança Brasil-Estados Unidos de 1937 a 1945 pode ser considerada enganosa porque a política de ambas as nações era de conveniência ou de fachada, mascarando os reais interesses nacionais. Os norte-americanos, através da política de boa vizinhança, buscavam a americanização do Brasil para neutralizar a influência germânica, e somente pretendiam a utilização das bases militares em nosso território e o fornecimento de matérias-primas estratégicas e alimentos, enquanto o Governo brasileiro procurava tirar vantagem do namoro aparente com o Eixo e da ameaça latente ao continente sul-americano para armar-se ante a hipótese de invasão argentina e assegurar uma política desenvolvimentista.

Inicialmente, os EUA, na verdade, não se preocupavam com a defesa do hemisfério americano nem queriam a presença de forças brasileiras na África ou na Europa. Consideravam-nos despreparados e sem experiência para participar do conflito mundial, julgando que as tropas brasileiras trariam mais problemas do que ajuda. Só muito após terem se confirmado as informações transmitidas por Churchill a Roosevelt sobre a Operação Félix - que previa tropas alemãs cruzarem a Espanha, apossarem-se de Gibraltar, instalarem-se na África e se utilizarem de Fernando de Noronha como base de

submarinos para atuarem no Atlântico Sul - é que admitiram a possibilidade das forças do Eixo ameaçarem o saliente nordestino brasileiro e comprometerem a segurança do seu flanco sul, colocando em perigo não só o hemisfério ocidental, mas as ações em curso na Ásia e na África. Ante as pressões de Oswaldo Aranha e de Dutra para o envio de três divisões de infantaria e de uma blindada ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, visando tirar proveito da situação, os norte-americanos apresentaram uma alternativa de que ocupássemos as Guianas Francesa e Holandesa ou os Açores. Em face da recusa do Governo brasileiro a tal proposta, acabaram concordando que enviássemos uma força expedicionária à Itália, tida como frente secundária mas onde se registrou o maior número de baixas por divisão - 5453.

Os brasileiros, por outro lado, concluíram que só a sua participação ombro a ombro com os norte-americanos nos campos de batalha lhes asseguraria as vantagens almejadas pelo Governo e uma posição respeitada após a guerra.

A contribuição prestada pelo Brasil na luta em defesa dos ideais de liberdade, por mais modesta que fosse, mereceria o respeito no concerto das nações e permitiria a concretização do sonho de vir a ser uma potência.

Em reconhecimento aos esforços do Brasil referentes à contribuição dada à vitória aliada, assim se expressou Cordell Hull - Secretário de Estado dos EUA de 1943 a 1944 e Prêmio Nobel da Paz em 1945 - em suas *Memórias*:

*Sem as bases aéreas, a vitória na Europa e na Ásia não teria ocorrido tão cedo. Essas bases, projetando-se à distância no Atlântico Sul, permitiram que voassem os nossos aviões, em grande número, para a África Ocidental, e dali para os teatros de operações na Europa e no Extremo Oriente; não fossem as bases brasileiras, não nos teria sido possível ajudar os ingleses no Egito, como fizemos no momento crucial da batalha de El Alamein (...). Enviou, ainda, o Brasil uma força expedicionária à Europa. Contribuiu sua Marinha de Guerra para o patrulhamento do Atlântico. No esforço para abastecer os EUA, perdeu o Brasil parte considerável da sua Marinha Mercante.*

O *United States War Production Board*, posteriormente, declararia que “sem a produção brasileira de materiais estratégicos e a ponte aérea [dos Estados Unidos para Belém do Pará e Parnamirim] não teriam cumprido as suas metas”.

Tradicionalmente, a política externa brasileira - apenas sintonizada à política de defesa no período de Rio Branco no Itamaraty (1902-1912) - teve por finalidade defender a fronteira terrestre dos vizinhos de origem castelhana; manter o equilíbrio de poder; proteger o seu extenso litoral no Atlântico Sul, a imensa bacia amazônica, o vasto espaço aéreo, firmando, no dizer de Oswaldo Aranha, “uma verdadeira aliança de destinos” com os Estados Unidos (já antevista por Jefferson), alicerçada no apoio brasileiro à hegemonia norte-americana em troca do reconhecimento da liderança na América do Sul e, eventualmente, na África Ocidental. Os nacionalistas, no Brasil, tinham em mente uma outra aliança com a Argentina e o Chile, para se contrapor à estabelecida com os Estados Unidos, evitando, assim, a dominação por esse país.

## **Consequências Políticas**

Não há dúvidas quanto à posição assumida pelo Brasil em defesa da democracia, conhecida aos olhos do mundo. À despeito das crises políticas internas vividas pelo País até nossos dias, a maioria da Nação brasileira vem assimilando gradualmente, cada vez mais, os ideais democráticos.

Para espanto dos que esperavam melhores dias após a guerra, causou desapontamento ver-se o Brasil excluído da Conferência de Reparações de Guerra de Paris, ficando, assim, sem receber qualquer indenização pelos prejuízos e sofrimentos experimentados, conforme ficara acordado em Ialta e Potsdam. Constituiu-se uma injustiça irreparável nivelar o Brasil a países americanos, que nada fizeram pela preservação do mundo livre, sob a alegação de que poderia lançar mão dos bens dos súditos do Eixo já penhorados e integrados à Nação brasileira.

Durante a vigência da política de boa vizinhança de Roosevelt, no propósito de favorecer o pan-americanismo, o Brasil desfrutou de certa situação confortável, em que se poderia vislumbrar um futuro promissor. A partir da Conferência de São Francisco, realizada em 1945, e do início do governo Truman, sinalizadores da mudança de rumo da política externa norte-americana de concepção global e de segurança avançada na Europa, África e Ásia, caíram no esquecimento os serviços prestados pelo Brasil no conflito mundial. Agora, o Brasil já não possuía posição estratégica vantajosa como fornecedor de matérias-primas nem suas bases militares se faziam necessárias. O Plano Marshall era a prioridade e as atenções se concentravam na ajuda aos novos aliados.

O maior arquiteto do estreitamento dos laços com os norte-americanos - Oswaldo Aranha - começava a se desapontar com a política externa dos EUA e recomendava cautela.

O Brasil exigia o mesmo tratamento dispensado pelos norte-americanos a outros aliados. Em consequência, o governo dos EUA enviou, em 1948, a Missão Abbink, a fim de ver de perto a situação do Brasil e propor soluções, particularmente para a nossa economia, esboçando, assim, o conhecido Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Ensino) do governo Dutra e a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Em 1950, possivelmente como reflexo da Guerra da Coreia, Truman preocupou-se com o subdesenvolvimento e tomou providências, numa tentativa de se proteger contra novas guerras, instituindo o Ponto IV, que nos proporcionou alguma ajuda através do *Export-Import Bank* e do Banco Internacional, financiando alguns projetos importantes que, por falhas nossas, não foram bem aproveitados.

A guerra alterou o quadro das relações internacionais, ocorrendo um surto industrial que mudou o aspecto colonial do Brasil.

A guerra teve consequências em nossa política interna. Os sacrifícios impostos aos brasileiros na luta contra o totalitarismo nazifascista em defesa dos ideais democráticos

entraram em choque e acabaram por derrubar a ditadura de Vargas. Convocada uma Assembléia Constituinte, foi elaborada a Constituição democrática de 1946, ensejando-nos o retorno ao estado de direito, em que pese as crises ocasionadas pelas paixões políticas.

Finalmente, a principal conseqüência política foi o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos.

### **Consequências Econômicas**

O impacto da guerra sobre nossa frágil economia se mostrou contraditório.

A economia brasileira de antes da guerra se limitava à troca de café e de algodão, principais produtos de nossa pauta de exportação, por bens de capital, manufaturados e combustíveis. Éramos um país essencialmente agrícola, de características coloniais, dependente de capital estrangeiro. Não dispúnhamos de hidrelétricas, de refinarias e de siderurgia. Importávamos tudo de tudo.

Na iminência da guerra, o comércio exterior se intensificou e diversificou, aumentando o volume e o valor das exportações, particularmente de matérias-primas, tais como: borracha, cristal de quartzo, minério de ferro, além de produtos agropecuários. Passamos a ter saldos positivos na balança comercial, atingindo somas consideráveis para a época.

Terminada a guerra, o Brasil perdera antigos mercados europeus e não conseguira manter os novos, voltando a ser tradicional exportador de cacau, algodão e café.

O Brasil arrendara aos Estados Unidos 13 navios tripulados da nossa frota mercante e três petroleiros sem tripulação, ao preço simbólico de US\$1 mensal por unidade. Ao mesmo tempo, comprometera-se a destinar 23 outros para a navegação entre o Brasil e portos norte-americanos e ingleses.

Tivemos 32 navios mercantes afundados pelos submarinos do Eixo, totalizando 140 mil toneladas, o correspondente a mais de um terço da nossa frota comercial, com a perda de 972 vidas.

Perdemos, ainda, quase dois milhões de marcos pagos à Alemanha, referentes à compra de material de artilharia não entregue em virtude da deflagração da guerra.

Arcamos com as despesas operacionais das Forças Armadas num total de US\$361 milhões, cuja última prestação foi saldada em 12 de julho de 1954.

A Lei de Empréstimos e Arrendamento (*Land-Lease*) dos EUA (totalizando US\$200 milhões, dos quais US\$100 milhões destinados ao Exército), que tanto sangrou nossa debilitada economia, teve um aspecto positivo: proporcionou a modernização e a revitalização das Forças Armadas brasileiras.

Finalizada a guerra, os saldos congelados nos EUA e na Inglaterra atingiram mais de seis bilhões de dólares. Dos elevados saldos em moeda forte no exterior, provenientes de exportações feitas durante e após a guerra, malbaratamos, lamentavelmente, quase a metade importando automóveis, eletrodomésticos, uísque, cigarros e quinquilharias, bem como aceitamos a aplicação de boa parte na recuperação de empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Assim, pouco recebemos.

A fim de se resguardar dessa ganância, o Governo, a tempo, impôs uma licença de importação, só aprovando negócios aparentemente não-lesivos aos nossos interesses.

Desta forma, as divisas obtidas no estrangeiro, à custa de sacrifícios do povo brasileiro, foram esbanjadas, dando a impressão de prosperidade às camadas mais altas da sociedade, provocando descontentamentos entre as menos abastadas.

O Brasil contribuiu também com vultosa quantia dos saldos existentes no exterior para a criação do Banco Internacional de Reconstrução.

Desprovidos de reservas cambiais e de poupança interna, recorremos a empréstimos externos e à emissão de moeda, dando origem a contínuo fluxo inflacionário, para criar um parque industrial e promover o crescimento econômico, com a exploração de petróleo na Bahia, a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso e da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Não atentamos, entretanto, para as disparidades entre empreendimentos industriais e agrícolas, bem como para as discrepâncias da renda *per capita* da Região Centro-Sul em relação às das demais, causando desequilíbrios regionais que acentuaram a insatisfação no campo e na cidade.

Preocupado com as secas do Nordeste e os desafios da Amazônia e do Centro-Oeste, o Governo lentamente procurou aumentar os investimentos nessas regiões para assegurar um desenvolvimento integrado e harmônico da economia nacional.

Na realidade, apesar de vencedores, acabamos economicamente pior do que os vencidos.

### **Consequências Militares**

A participação da FEB na campanha da Itália, ainda que considerada limitada no conjunto de 69 divisões norte-americanas nas operações levadas a efeito em solo europeu, teve importantes reflexos em nossas Forças Armadas sob diversos aspectos.

A imagem do militar cresceu no âmbito da sociedade, ganhando o merecido respeito da Nação resultante do elogiado desempenho face a experimentados e determinados combatentes. O soldado brasileiro recuperou a auto-estima conquistada nos campos de batalha sul-americanos em defesa da Pátria.

Antes da Guerra, a imagem do Brasil era a de um país continental subdesenvolvido, inexpressivo, fonte inesgotável de matérias-primas, foco da ambição internacional. A FEB projetou o Brasil no exterior sobremaneira, segundo palavras do Ministro das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha.

Um ambiente menos rígido e tolerante prevaleceu na convivência da caserna, rompendo o isolamento social decorrente do nível cultural, do padrão de vida e valores da gente fardada.

O aumento do efetivo demográfico da Nação, aliado à compreensão da necessidade de segurança e modernização das Forças Armadas permitiu a ampliação dos seus contingentes e quadros.

O Exército reestruturou-se completamente, adquirindo armamento moderno, canhões antiaéreos e de campanha com maior alcance, motorizando-se, mecanizando-se e substituindo as unidades hipomóveis por outras dotadas de grande capacidade de fogo e mobilidade. O advento do avião, do helicóptero, dos mísseis, dos blindados, das forças aeromóveis e aerotransportadas, de modernos equipamentos de engenharia, de comunicações e de guerra química sinalizou o início de nova era. Fez-se mister uma guerra para que atingíssemos patamar reclamado há muito tempo.

A criação da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos veio muito contribuir para o profissionalismo e modernização das Forças Armadas brasileiras.

A guerra exigiu tais transformações e estas demandaram maiores gastos para os cofres públicos. Era o preço a pagar pela liberdade - *si vis pacem para bellum*.

Trocamos a doutrina francesa defensiva de emprego das forças terrestres pela norte-americana de concepção ofensiva e, então, cômicos das nossas potencialidades e vulnerabilidades, fomos estimulados a desenvolver a doutrina militar brasileira.

A Guerra Fria, marcadamente ideológica, trouxe-nos outros desafios para os quais não estávamos preparados - a guerra revolucionária e psicológica, cujo fantasma volta a pairar sobre o mundo. Devemos agir com muita prudência e discernimento para não abdicarmos da nossa identidade nacional e dos valores tradicionais de amantes da liberdade. Priorizar - nesta seqüência - os interesses nacionais, regionais, continentais e internacionais, tendo sempre em mente que somos cristãos, ocidentais e americanos; não confiar a nossa segurança a terceiros nem nos deixar levar por modismos passageiros ou aceitar alinhamento automático de qualquer natureza de quem quer que seja.

Os avanços tecnológicos aplicados à arte da guerra exigiram que o soldado de nossos dias tenha mais cultura e melhor nível educacional. O Exército, portanto, não deve retroagir aos tempos das antigas escolas regimentais e dos centros profissionalizantes para os contingentes incorporados às suas fileiras, em detrimento da formação militar do soldado. Não podemos nos dar ao luxo de repetirmos o erro de ir à guerra com advogados, engenheiros, médicos e outros profissionais liberais especializados

preenchendo cargos de combatentes das armas-base. A seleção e a classificação processadas empiricamente e sem critérios científicos na guerra passada não tem mais lugar. Modernamente, dispomos de processos que aproveitam o convocado segundo suas aptidões e tendências, impedindo desajustamentos inaceitáveis.

Os norte-americanos exerceram influências altamente benéficas na padronização dos programas de instrução - os famosos PPs - e de métodos atualizados de ensino e de instrução, nivelando e sistematizando os conhecimentos.

A especialização prevaleceu sobre a generalização diminuindo o academicismo e levando-nos à criação da EsIE e outros estabelecimentos de ensino especializados.

A realização de estágios e cursos ministrados em centros de estudos e pesquisas ou estabelecimentos de ensino militares e civis estrangeiros por oficiais e graduados brasileiros elevou o nível cultural dos quadros da Força Terrestre.

A adoção do sistema de ensino à distância difundiu conhecimento, facilitou o ensino de línguas e reduziu custos, mantendo os quadros atualizados. Foi outra grande experiência introduzida entre nós pelo contato com os norte-americanos.

As alterações dos currículos nos estabelecimentos de ensino militares, abrindo espaço para o estudo de Chefia e Liderança, Pedagogia, Psicologia e Sociologia, indispensáveis à formação dos quadros, veio sanar lacunas constatadas há anos.

Do convívio com as tropas estrangeiras, de cultura, hábitos e mentalidade completamente diferentes, sentimos a influência profunda verificada na disciplina, tornando-nos mais compreensíveis, humanos, liberais, menos rígidos e isentos de preconceitos. A disciplina autoritária e do medo cedeu lugar à consciente, reduzindo a distância entre subordinados e superiores.

O fardamento usado pelos norte-americanos durante a campanha italiana serviu de modelo para o novo plano de uniformes do Exército, adotado logo após a guerra. Foram abolidos o talabarte Sam Browne, inglês, as botas, a espora e o esporim, o culote, a túnica abotoada até o colarinho, o capacete tipo adriano francês, a capa "Ideal" e a pelerine, tornando-o mais confortável, distinto, funcional, simples e adequado às variações climáticas.

A guerra revelou o despreparo das Forças Armadas para cumprir missões além-mar em terreno adverso e sob severas condições climáticas.

Não possuíamos mentalidade de país marítimo com vasto litoral, forçando-nos o estabelecimento de um programa de reaparelhamento da Marinha de Guerra.

A necessidade de centralização dos meios aéreos levou à criação da Força Aérea Brasileira e à fabricação de aeronaves.

A evidente carência de um órgão de cúpula de planejamento e de coordenação do emprego das Forças Armadas exigiu a criação, em 1946, do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), predecessor do Ministério da Defesa, da Secretaria, do Conselho de Segurança Nacional (existente desde 1927 com o nome de Conselho de Defesa), da Escola Superior de Guerra (1949), despertando as elites para a magnitude dos problemas de segurança e desenvolvimento e a responsabilidade de todos os cidadãos. A despreocupação do Brasil com as ameaças latentes internas e externas configuradas em hipóteses de guerra atualizadas colocou-nos em situação crítica por não darmos a importância devida ao preparo da mobilização e desmobilização.

Infelizmente, a criminosa desmobilização prematura da FEB (antes da sua chegada ao Brasil), por razões políticas e injustificáveis ciúmes, geradora de problemas insolúveis até agora, impediu-nos a absorção de valiosos ensinamentos colhidos a duras penas nos campos de batalha. A maioria das praças licenciadas não recuperou os empregos que tinha antes da guerra. Muitos nem sequer tinham profissão e na volta foram abandonados à própria sorte. Boa parte dos oficiais de carreira viu-se espalhada pelo País afora, não tendo a sua experiência de combate aproveitada. Que lhes sirva de alento o sábio conselho do Padre Antônio Vieira: *Se servistes à Pátria e ela vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma.*

A FEB foi a única tropa ibero-americana, integrada por brancos, negros, pardos e amarelos, a cruzar o Atlântico para lutar além-mar, causando perplexidade como os brasileiros conseguiam essa proeza sem choques raciais.

Constituiu-se um esforço sobre-humano a até mesmo verdadeiro milagre que tenhamos ido à guerra e nos superado, ante o nosso grau de despreparo e subdesenvolvimento, cobrindo-nos de glórias.

Podemos nos ufanar das palavras de despedida do Tenente-General Willis D. Crittenberg, Comandante do 4o Corpo de Exército, que enquadrava a 1a DIE:

*(...) Combatestes brava e valentemente e contribuístes substancialmente para a conquista da vitória das Nações Unidas (...). Podeis estar orgulhosos, com a certeza de terdes cumprido integralmente a missão para a qual o povo brasileiro vos enviou para solo estrangeiro. (...)*

Esta mensagem acompanhava a outorga do título de membro honorário do 4o Corpo de Exército dos EUA a todos os integrantes da 1a DIE, não homologada pelo Congresso dos EUA.

Por outro lado, os feitos do soldado brasileiro em campanha não empolgaram a juventude a procurar a carreira das armas.

### **Consequências Psicossociais**

A mobilização procedida em clima de guerra psicológica adversa converteu a propaganda



negativa em positiva - é mais fácil a cobra fumar do que a FEB embarcar - no seu símbolo e lema - a cobra fumando.

O brasileiro levava a sua vidinha tranquila, isolado nos trópicos, sem pressões, acomodado aos interesses regionais ou locais, não se apercebendo das graves ameaças que o aguardavam.

A guerra registrou a penetração norte-americana no País e o pós-guerra a disseminação da cultura e dos costumes norte-americanos. O francês saiu de moda e a língua inglesa dominou por meio do cinema, do rádio, da música e da mídia em geral. Contribuíram, ainda, para tal, bolsas de estudo, programas de intercâmbio e de visitas aos EUA, patrocinados pelo governo norte-americano, afora o comércio incrementado de vestuário e produtos alimentícios. O fascínio pelo *way of life*, pelos automóveis luxuosos e bens de consumo atraentes, resultado de propaganda, levou à americanização da sociedade brasileira.

A ruptura de acordos firmados no tempo da guerra e a Guerra do Vietnã conduziram ao distanciamento político entre os dois povos.

As correntes migratórias avolumaram-se no pós-guerra, quantitativa e qualitativamente, incluindo até contingentes de alemães, italianos e japoneses, prova de nossa índole pacífica e hospitaleira, e evidência de que temos condições ainda de abrigar gente de diversos padrões culturais e de qualquer parte, disposta a trabalhar de boa vontade pelo engrandecimento da Nação.

No pós-guerra, constatou-se elevação da expectativa de vida e queda da mortalidade infantil, valorização do homem, com redução das chagas do analfabetismo e de doenças endêmicas, mas conservando também índices deprimentes terceiromundistas de desenvolvimento social, fome e miséria, que até hoje nos afligem.

A explosão populacional que se seguiu ao conflito acentuou a falta de uma política social para atender à demanda habitacional, assistencial e trabalhista, geradora de empregos. Intensificou-se a prática de esportes e da educação física. Sentiu-se necessidade de comunicação social e de massa, bem como da eliminação dos quistos raciais estrangeiros.

A convocação de cem mil homens para se selecionar 25 mil para a FEB mostrou a falta de higiene do povo em geral, por inexistência de bons hábitos de alimentação e de higiene, especialmente nas camadas de onde provinham os soldados.

## **Conclusão**

É um erro associar a Revolução de 1964 à doutrina de segurança nacional inspirada pela Escola Superior de Guerra (ESG), e muito menos aos norte-americanos, mas inegavelmente o espírito da FEB serviu de fio condutor de idéias antigas e enraizadas dos militares que levaram o Brasil a ser içado a 8ª economia do mundo.

A epopéia escrita pela FEB na Itália, junto com as Marinhas de Guerra e Mercante no Atlântico Sul e a FAB nos céus brasileiros e europeus, não poderá cair no esquecimento das gerações de hoje e futuras e ver-se substituída das páginas da nossa História Militar, que se confunde com a da própria nacionalidade, no dizer de Pedro Calmon.

O patriota e talentoso General Góes Monteiro, em correspondência ao Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, no ano de 1944, dizia: "(...) deixarmos transcorrer o atual momento histórico (...) sem nos levantarmos do *berço* para adquirirmos uma posição sólida e desafiada no continente, creio que arriscaremos a perder tudo mais".

O mundo travava a maior guerra já enfrentada pela humanidade e os líderes civis e militares brasileiros se empenhavam para alcançar uma posição compatível com a estatura do Brasil.

Se não logramos êxitos no campo econômico, mais por culpa própria, a guerra não nos trouxe apenas sacrifícios. A participação brasileira no conflito serviu para despertar o gigante adormecido e representou, em síntese, um ponto de inflexão do Brasil para a modernidade.

História não é simpatia ou antipatia, mas verdade comprovada pelos fatos. De nada vale se não colhermos ensinamentos dos acertos e erros cometidos no passado para projetarmos um futuro mais promissor.

Constitui, pois, é bom lembrar, autêntico desserviço à nacionalidade brasileira neste momento não referenciar acontecimentos históricos que deram rumos diferentes ao Brasil em seu processo evolutivo há sessenta anos.

## **Bibliografia**

ARAGÃO, José Campos de. "O Brasil na Segunda Guerra Mundial". *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Volume LV, 1984, Rio de Janeiro.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. *Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

HERRERA, Heitor Almeida. *A Estratégia dos Aliados na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

LAVANÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1967.

MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *A FEB pelo seu Comandante*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Faria, 1951.

McCANN Jr., Frank D. *The Brazilian American Alliance - 1937-1945*. Nova Jersey, EUA: Princeton University Press, 1973.

----. The Força Expedicionária Brasileira in the Italian Campaign, 1944-5. *The Professional Bulletin of Army History*. Washington, EUA, Primavera de 1993.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *O General Mascarenhas de Moraes e sua Época*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1983.

\_. "As Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial". *Revista do Clube Militar*, n. 294, 1990, Rio de Janeiro.

MERCADANTE, Paulo. *Das Casernas à Redação*. Rio de Janeiro: Editora UniverCidade, 2004.

Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. 5º volume, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985.

NUNES, Roberto. "Notas sobre a Viagem do Primeiro Escalão da FEB para a Itália". *Revista do Exército Brasileiro*, v. 120, n. 4, out./dez. 1983, p. 120-124.

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

ROHWER, Jurgen. "Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial". *Navigator*, n. 18, 1982, Rio de Janeiro.

SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar. *A Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.

VIDAL, Germano Seidl. "Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial?" *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 15, 1990, Rio de Janeiro.

WALTERS, Vernon A., General. *Silent Missions*. Nova York: Doubleday and Co., 1978.

\* Coronel do Exército Brasileiro. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Membro da Academia Portuguesa da História.